

**PAISAGENS ENTRE RUÍNAS: PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CASTELO DE GARCIA D'ÁVILA<sup>1</sup>**Flávia Romênia Cortez de Oliveira<sup>1</sup>, George Alexandre Ferreira Dantas<sup>2</sup>

1. Estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

2. Professor do DARQ/PPGAU-UFRN - Departamento de Arquitetura/Orientador

**Resumo**

A salvaguarda dos bens brasileiros como patrimônio cultural foi instituída em 1937, com a criação do SPHAN, marcada pela presença de intelectuais modernistas. Em meio ao acervo que começaria a ser protegido, as ruínas também foram consideradas e inscritas nos Livros do Tombo. Desta maneira, a pesquisa objetiva a análise do processo de tombamento de ruína do Castelo de Garcia D'Ávila, localizado no estado da Bahia, para compreender como o tema das ruínas é mobilizado, discutido e valorizado nos esforços de construção do acervo patrimonial brasileiro nos seus primórdios. Utilizou-se, como fonte primária, de processos de tombamento, de catálogos e de materiais iconográficos, a partir dos quais procedeu-se à sistematização do processo de chancela. Por fim, a análise apresentou indícios de valoração do patrimônio por meio da tradição histórica e artística e do viés paisagístico, contribuindo para composição do imaginário da tradição e da modernidade no Brasil.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Modernidade; Tradição

**Apoio financeiro:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Introdução**

O trabalho intitulado “Paisagens entre ruínas: processo de tombamento do Castelo de Garcia D'Ávila” compõe o projeto de pesquisa “Ruínas e escombros da modernidade: arquitetura, reformas e cultura urbana”, pertencente à linha de estudo “Construções historiográficas e representações sobre a arquitetura e a cidade”, vinculada ao Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb).

O tombamento dos bens brasileiros como patrimônio cultural foi instituído por meio do Decreto Lei nº 25 de 1937, estabelecendo o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), atual IPHAN, os Livros do Tombo para a inscrição dos monumentos com o objetivo de salvaguarda. Além disso, a normativa protege a ambiência no entorno das edificações tombadas a fim de ajudar na apreciação e contemplação destes bens.

Com relação às ruínas, percebe-se que, ainda que em número relativamente pequeno, estiveram no rol das preocupações de salvaguarda desde o início do SPHAN. Nota-se, sobretudo, que “a acepção da ruína está relacionada aos bens mais antigos, uma caracterização que configura o remanescente enquanto um testemunho histórico que fundamenta o ideário de origem e a constituição de uma identidade cultural local”. (RODRIGUES, 2000 apud RODRIGUES, 2017 p. 93).

A pesquisa, desse modo, propõe-se a contribuir com o estudo sobre os bens patrimoniais em ruínas e a sua relação com a modernidade durante as primeiras décadas de atuação do SPHAN. O objetivo desta pesquisa é a análise do processo de tombamento de ruína do Castelo de Garcia D'Ávila, localizado no município de Mata de São João, estado da Bahia, para compreender a discussão sobre as ruínas na construção do acervo patrimonial brasileiro em sua fase pioneira (1937-1965), denominada de heróica e, como consequência, viria a compor o imaginário da modernidade e da tradição no Brasil.

**Metodologia**

Os eixos que embasaram e auxiliaram o desenvolvimento da pesquisa foram os seguintes: a busca de informações de fontes primárias e secundárias; e a sistematização desses dados para uma melhor compreensão dos processos de tombamentos de ruínas.

O primeiro eixo de atividades caracterizou-se pelo levantamento de informações de fontes primárias e secundárias. Em relação aos dados primários, foram utilizadas as seguintes fontes: a Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2018), disponível na seção Bens Tombados do Portal do IPHAN; o Catálogo de Inscrição dos Bens nos Livros do Tombo, consultada no acervo do Arquivo Noronha Santos; os Processos de Tombamento de Ruínas (acesso a 7 processos dos 14 bens tombados da região Nordeste), concedido pelo Arquivo Central do IPHAN-RJ; os documentos iconográficos desses bens patrimoniais, encontrados nos Processos de Tombamento e na Rede de Arquivos do IPHAN; e o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Para a compreensão dos bens patrimoniais em ruínas, as principais fontes secundárias foram as seguintes: a tese “Ruína e Patrimônio Cultural no Brasil (2017)”, de Angela Rosch Rodrigues; a tese “A noção

<sup>1</sup> Este texto é baseado no relatório do Congresso de Iniciação Científica (eCICT 2019) de minha autoria, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

de ‘ambiente’ em Gustavo Giovannoni e as Leis de Tutela do Patrimônio Cultural na Itália (2013)”, de Renata Campello Cabral; o livro “Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras (2012)”, de Vera Rezende; o artigo “De patrimônio, ruínas urbanas e existências breves (2013)”, de José Tavares Correia de Lira; e o artigo “*La seducción de los Escombros: Imágenes de Ruinas Urbanas de Buenos Aires (1910-1936) (2015)*”, de Catalina Fara.

O terceiro eixo de atividade foi a elaboração de um banco de dados a partir da sistematização das informações coletadas de fontes primárias e secundárias. Para isso, selecionou-se, dentre a Lista dos Bens Tombados ou em Processo de Tombamento, os casos que possuíam a classificação, quanto à forma de proteção, de “ruína”, e com estágio de instrução de “tombado”. Em seguida, foram organizados processos em planilhas de acordo com as regiões brasileiras (Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), escolhendo a região Nordeste para o detalhamento dos processos em tipologias edilícias (fortificação, religiosa, civil e indústria) e informações documentais (número de volumes, anexos e páginas, presença de fotografias e mapas, e qualidade gráfica). Para o trabalho em questão, toda a ortografia dos documentos de época foi atualizada.

Visando uma melhor compreensão do processo de tombamento de ruína, foi elaborada uma cronologia contendo a data, o tipo de documento e os principais aspectos. Nesse sentido, realizou-se o estudo dos documentos do tombamento da Casa de Torre de Garcia D’Ávila até o anexo I em decorrência da extensão do processo.

### Resultados e Discussão

As ruínas da Casa da Torre de Garcia d’Ávila (Mata de São João, BA) foram tombadas em 1938 e inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes no processo do SPHAN de número 128-T-38 (figura 1). O monumento, feito de pedra e cal, claramente caracterizado como um castelo do baixo medievo português, é constituído pela capela, residência e torre. A valorização da edificação como bem patrimonial aconteceu durante os primeiros anos de atuação do órgão, “na qual se produziram processos de tombamento em regime de emergência e, por conta disso, sem base em estudos consistentes e mais prolongados” (PONTES, 2010, p.109)

**Figura 1** - Castelo de Garcia d’Ávila



Fonte: Rede de Arquivos IPHAN

A “fase heróica” do órgão foi marcada pela presença de intelectuais modernistas e pelo tombamento de bens nacionais de significação histórica e artística. De acordo com Rubino (1996) apud Nunez (2016, p.198), “os primeiros registros no Livro de Tombo apresentavam uma perspectiva predominante estética, além de estarem concentrados em um restrito tempo-história, voltados a fatos e personagens memoráveis”. De acordo com o documento de 5 de julho de 1976, o monumento é exemplar único no Brasil e na América, “não só pelas singulares características arquitetônicas que apresenta, como por ter sido o centro de onde se irradiou o desbravamento do Nordeste brasileiro e sua consequente incorporação à civilização ocidental e cristã” (IPHAN 128-T-38, 1938, p. 3).

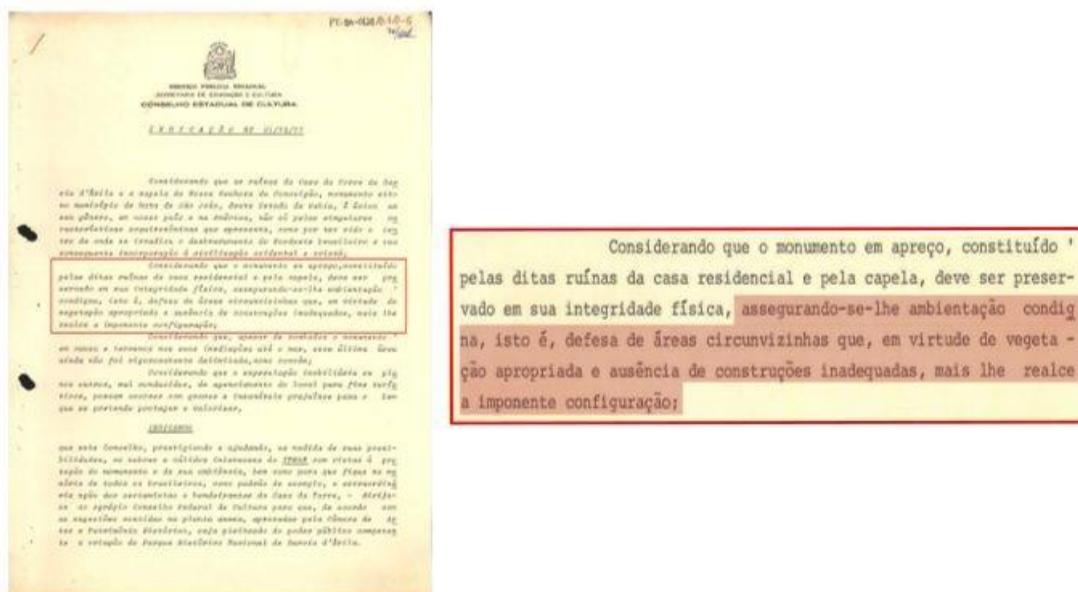
Nota-se que o monumento está localizado no estado com o maior número de edificações tombadas no final da década de 1930, evidenciando assim o seu vínculo com esse período pioneiro de tombamento dos bens brasileiros. De acordo com Milet (1988) apud Pontual (2012, p. 290), “os estados com maior número de edificações foram Bahia (108), Minas Gerais (93), Rio de Janeiro (90) e Pernambuco (43), o que representava, respectivamente, 25%, 22%, 21% e 10% do total dos monumentos tombados”.

Percebe-se, a partir disso, que a priorização pela salvaguarda da edificação esteve relacionada não apenas ao estilo arquitetônico (por ser constituída de pedra e cal, materiais comuns a monumentos tombados neste período) mas também, como consta no processo de tombamento analisado, ao “excepcional interesse histórico e artístico”, considerado “relíquia” e que, portanto, deveria ser “preservado em sua integridade física, assegurando ambientação condigna”.

Na Indicação nº 01/75/77 (figura 2), apresentada nas reuniões plenárias do Encontro Nacional de Cultura, em Salvador, no ano de 1976, sugeriu-se a salvaguarda do monumento, garantindo a preservação da ambiência em seu entorno, percebendo, a partir disso, que em documentos iniciais do processo não houve

menção a preservação da paisagem. No documento, consta ainda que a área no circundar das ruínas não foi precisamente demarcada e alerta que projetos mal planejados para objetivos turísticos poderiam gerar danos ao bem patrimonial. Por fim, recomendou-se que o Conselho Federal de Cultura solicitasse do poder público a criação do Parque Histórico Nacional de Garcia d'Ávila uma vez que simboliza a memória dos brasileiros e a "extraordinária ação dos sertanistas e bandeirantes." (IPHAN, 128-T-38, 1938, p. 3).

**Figura 2** - Indicação nº 01/75/77 do Conselho Estadual de Cultura, 1977



Fonte: IPHAN-RJ, processo de tombamento 128-T-38, editado pela autora (2019).

Compreende-se, a partir deste documento, que o tombamento engloba, além do monumento físico, as paisagens naturais no circundar do bem patrimonial de maneira a garantir sua apreciação e contemplação. De acordo com Pontual (2012, p. 288, grifo nosso), "o Decreto-lei nº 25, instituído no momento da criação do Sphan, estabeleceu como instrumentos de salvaguarda o instituto de tombamento das obras de arte e edificações notáveis e o **cone de visibilidade**, isto é, o tombamento do monumento e a **manutenção de sua visibilidade** deveriam ser assegurados mediante a **definição de um polígono de entorno**".

A inserção da noção de ambiência nas legislações do patrimônio cultural italiano deu-se a partir de contribuições, segundo Cabral (2013), do engenheiro italiano Gustavo Giovannoni no período entreguerras. "O conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere [...] É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou 'destacar' um monumento é o mesmo que mutilá-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial". (CHOAY, 2017, p. 200). Entende-se, dessa forma, por meio da Indicação nº 01/75/77, que a Criação do Parque Histórico Nacional de Garcia d'Ávila serviu tanto para o resgate histórico (por ser um dos símbolos do desbravamento da região Nordeste) como também para salvaguardar a ambiência no circundar destas ruínas.

Portanto, a interpretação do processo de tombamento do Castelo de Garcia d'Ávila tem evidenciado fatos importantes, que fundamentam a importância da preservação do bem na composição do imaginário da tradição e da modernidade no Brasil, seja como elemento histórico e religioso, seja como bem arquitetônico, fazendo parte da identidade nacional, seja como componente artístico, constituindo o cenário pictórico da paisagem do litoral baiano.

## Conclusões

A sistematização das informações dos processos de tombamento de ruínas, e posterior análise, tem apresentado material relevante sobre o debate acerca da formação do imaginário sobre a modernidade e tradição no Brasil. Percebemos neste, e em outros processos estudados, diversos indícios que colocam os bens originários, em especial as ruínas, do período colonial (principalmente os templos religiosos e fortificações, de significação histórica e artística) no centro das preocupações preservacionistas no período de fundação do IPHAN.

A análise dos documentos de tombamento do Castelo de Garcia d'Ávila permite compreender os diferentes pensamentos sobre a preservação do bem. Por um lado, as ideias tinham relação com fatos históricos da região Nordeste, com a singularidade da arquitetura, sendo o único exemplar brasileiro, e com características artísticas, contribuindo para a composição da paisagem local, formando um cenário medieval em pleno litoral da Bahia. Por outro, relacionava-se com a ambiência, de maneira a garantir a apreciação e contemplação do monumento em questão.

A partir da análise dos arquivos de época do SPHAN, surgem diferentes indagações sobre a

repercussão do tombamento dos bens na sociedade: A aceitação ou não da chancela? Quais foram os acontecimentos (ameaça de demolição ou luta pela preservação)? Quem foram os principais atores envolvidos? Pretende-se, em primeiro momento, realizar o levantamento de periódicos para pesquisar a respeito dos intelectuais envolvidos no processo de salvaguarda e, dessa forma, descobrir possíveis interferências e contribuições em relação a preservação dos bens.

Outro desdobramento possível é a busca, nestas fontes primárias, de fatores que podem ter contribuído ou interferido na salvaguarda, de maneira a contribuir para a formação de novos conhecimentos a respeito dos bens patrimoniais brasileiros, em um período do IPHAN no qual existiu a presença de intelectuais modernistas nas decisões sobre a preservação.

### Referências bibliográficas

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo 128-T-38.** Rio de Janeiro, 1938.

CABRAL, Renata Campello. **A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália.** 2013. 198 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 6. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **A formação das representações sobre a cidade colonial no Brasil.** 2009. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

FARA, Catalina V.. La seducción de los escombros: Imágenes de ruinas urbanas de Buenos Aires (1910-1936). In: VIII CONGRESO INTERNACIONAL DE TEORIA E HISTORIA DE LAS ARTES, 8., 2015, Buenos Aires. **Anais. ....** Buenos Aires: Caia, 2015. p. 173 - 184.

IPHAN. **Rede de Arquivos IPHAN.** Disponível em: <[portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1223](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1223)>. Acesso em: 05 jun. 2019.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

LIRA, José Tavares Correia de. De patrimônio, ruínas urbanas e existências breves. **Redobra**, Salvador, v. 12, p.168-179, 2013.

NUNEZ, Lorraine. **As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo.** São Paulo: Faces da História, 2016.

PONTES, Anna Maria de Lira. **Entre fragmentos: os ditos e não ditos das ruínas patrimoniais.** 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

PONTUAL, Virgínia. Os anos de 1930 no Brasil e as práticas urbanísticas: Urbanismo moderno e patrimônio histórico. In: REZENDE, Vera F.. **Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras.** Niterói: Editora da Uff, 2012. p. 271-301.

RODRIGUES, Angela Rosch. **Ruína e patrimônio cultural no Brasil.** 2017. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SATO, Alberto. **Demolición y clausura.** Revista ARQ, Santiago de Chile, n.59, p.58-61, 2005

SOUSA, Rebeca Grilo de. **Escombros e vestígios: os debates sobre os arrasamentos nas reformas urbanas das cidades brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife no início do século XX).** 2016. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.